

**1.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura**  
**Ata da 85.ª Sessão Ordinária**  
**Realizada em 17 de Junho de 1971**  
**(Quinta-Feira)**

Presidência do sr. deputado Wilson Fortes, secretariada pelos srs. deputados Ivo Tomazoni e Rosário Pitelli.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Domício Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Álvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Candido Martins de Oliveira, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Mauricio Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Câmargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (45); achando-se ausentes os srs. deputados David Ferdmann e Fuad Nachi (2).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente, declara aberta a

**SESSÃO**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte  
**EXPEDIENTE**

**REQUERIMENTOS:**

- De autoria do sr. deputado Xenofonte Villanueva, solicitando Regime de Urgente para o Projeto de Lei n. 268-70.
- De autoria do sr. deputado Nivaldo Krüger, solicitando o adiamento, por 5 (cinco) sessões, do Projeto de Lei n. 231-70.
- De autoria do sr. deputado João Mansur, solicitando dispensa de publicação e Redação Final do Projeto de Lei n. 60-71.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente requer a consignação, em Ata, de um voto de profunda consternação pelo passamento, ocorrido nesta Capital, do prestante cidadão doutor Ozir Fatuch, membro de tra-

dicional família e conceituado cirurgião dentista que prestou relevantes serviços ao Instituto de Previdência do Estado.

Desfrutando de largo círculo de relações, conquistadas através exemplos dignificantes de lhanza, educação e bondade, o infausto acontecimento repercutiu dolorosamente na sociedade local.

O requerimento encontra ampla justificativa na disposição de reconhecimento aos reais serviços prestados, à classe do funcionalismo público e ao próprio Estado, pelo falecido.

Aprovado o requerimento, solicita o Autor seja a decisão da Casa comunicada à família enlutada, com endereço à rua Ébano Pereira, 310, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1971.

(a) — Acyr José

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja expedido ofício ao Diretor da Paranatur solicitando sejam construídos vestiários e instalações sanitárias ao longo de nossas praias.

Nossa sugestão visa dar condições aos veranistas desta Capital, quando descem ao litoral, principalmente no sábado e domingo, onde não encontram hotéis para se acomodarem. Daí sugerimos essa iniciativa no sentido de melhorar as condições do nosso litoral.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1971.

(a) — Domício Scaramella

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, à Casa, após ouvido o Plenário, seja enviado apêlo ao senhor diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, a fim de que o mesmo ordene ao Departamento de Polícia Rodoviária uma melhor fiscalização nas rodovias à noite nos sistemas dos veículos que por elas trafegam.

Os exemplos dos acidentes noturnos aí estão a comprovar a nossa certiva. A grande parte deles são provocados por veículos com iluminação deficiente e pelo excessivo e abusivo uso da luz alta. Uma fiscalização correta do fato evitaria transtornos maiores, inclusive ao próprio motorista faltoso, impedindo novos acidentes e as mortes consequentes advindas destas faltas.

Requer, outrossim, que seja enviado ofício ao senhor engenheiro dr. Dalton Condessa, diretor do 9.º DR do DNER, solicitando idêntica medida.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1971.

(a) — Maurício Fruet

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à douta Comissão Executiva, após audiência da Casa, seja encaminhado expediente ao excelentíssimo senhor Secretário de Segurança Pública, formalizando apêlo para que sejam sanadas as evidentes deficiências materiais e humanas existentes no Instituto de Identificação do Paraná, usando a oportunidade para consignar protesto contra o diretor daquela repartição, delegado Eudes Brandão, por atitudes atentatórias ao prestígio público do Poder Legislativo como instituição e de seus membros como porta-vozes legítimos de qualquer manifestação popular.

Sala das Sessões, 17 de junho de 1971.

(a) — Erondy Silvério

#### JUSTIFICATIVA:

Compete aos órgãos de identificação das políticas estaduais a centralização de todas as informações civis, criminais e o cadastramento antropométrico e datiloscópico das pessoas residentes no País, permitindo ao Poder Público individualizá-las através da exigência de documentos legais sempre que realizem atos públicos.

Desta forma, é o Instituto de Identificação do Paraná a repartição incumbida de emitir carteiras de identidade, fôlhas corridas, atestados de boa conduta, passaportes, para que o paranaense cumpra exigências legais, mantendo, ainda, atribuição de fazer o intercâmbio de informações criminais com as polícias dos demais Estados.

Verifica-se, entretanto, que o setor, embora superavitário na arrecadação de taxas e emolumentos, não evoluiu como exige o crescimento demográfico do Estado, permanecendo à margem do progresso tecnológico que, hoje, implantou em sociedades mais adiantadas em alguns Estados brasileiros sistemas de microfilmagem e computação eletrônica, aliados à desburocratização, para atender com eficiência uma demanda de serviços cada vez mais volumosa e urgente.

Esta ir ao Instituto de Identificação do Paraná para verificar que manteve a estrutura de repartição imperial, com amanuenses preenchendo à mão documentos, enquanto outros servidores rebuscam empoeirados arquivos para desencavar, mais por sorte que por sistema, processos solicitados pelas partes. Fora dos balcões apinham-se centenas de pessoas, enquanto num pequeno Gabinete o diretor decide questões trancendentais como se é irregularidade iraceitável assinatura com caneta esterográfica.

Nessa situação, pessoas vindas do interior são obrigadas a permanecer em Curitiba vários dias até obterem os documentos desejados, enquanto outras, premidas pelo tempo, deixam de realizar atos importantes.

São dramas humanos que se repetem todos os dias e que vem ter reposição nesta Assembléia, onde o povo pensa e merece encontrar ajuda e amparo.

No setor criminal a questão se agrava, com a desorganização no intercâmbio de informações sobre delinqüentes brechando a eficiência policial e judiciária na fixação de antecedentes e reincidências.

É uma situação inaceitável e depreciativa para o Poder Público. Mais inaceitável quando os responsáveis se acomodam, institucionalizando o obsoletismo, a ineficiência e o descaso pelo cidadão.

Por isso, têm sido constante que o Deputado esbarre constantemente em pessoas que vivem dramas humanos em consequência dessas irregularidades. Elas buscam o deputado atrás de amparo, e é justo e normal da administração pública.

No início desta semana tivemos oportunidade de encaminhar pessoa nessas condições do Diretor do Instituto de Identificação, solicitando não privilégios, mas que fosse atendida com a celeridade a que tinha direito e exigida por seu caso particular. Foi estarrecedor constatar depois, que o diretor do Instituto de Identificação delegado Eudes Brandão, recusou-se sequer a abrir o envelope a carta de apresentação, fazendo verdadeiro comício perante partes e funcionários mediante a alegação de que não permite o que chamou de "ingerências políticas" em seu trabalho.

Na realidade, não cometeu aquele servidor ofensa pessoal mas agressão a este Poder, verbalmente agredido como instituição. E fez mais ainda: discriminou a pessoa apresentada dificultando-lhe o mais possível o que viera solicitar, após fazê-la passar por humilhação pública.

Em primeiro plano, portanto, está a necessidade de que a Secretaria de Segurança promova com urgência a modernização do Instituto de Identificação do Paraná, não só para poupar esforços ao cidadão, mas para também aperfeiçoar os seus cadastros criminais.

Quanto à desfeita pública a um Deputado merece atenção também especial, mais enérgica e imediata. Não pelo episódio em si, pois maiores consequências não teve. Mas pelo caráter de alertamento, para uma realidade grave. O estímulo a discriminações a membros deste Poder, por esferas mais altas do Executivo, já está refletindo para os subalternos, provocando em mentalidades tacanhas reações que constituem graves ofensas ao Poder como instituição.

Dai a necessidade de denunciar acontecimentos idênticos, para que não se vulgarizem e prosperem. E para que se preserve, acima de tudo, a tradição e a dignidade do Legislativo como peça essencial ao sistema de governo.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, seja formulado apêlo ao excelentíssimo senhor coronel Pécio Ferreira, Secretário de Segurança Pública, o envio de um Delegado Especial ao Município de Palotina, bem como refôrço de Praças para o destacamento da Delegacia daquela comuna; objetivando com isso manter a ordem na Gleba 5.000 (cinco mil), onde por interpretação errônea ao nosso entender, estão sendo despejadas de suas terras cêrca de 35 (trinta e cinco) famílias, algumas das quais ali radicadas a muito tempo.

Julgamos interpretação errônea do mandato de despejo despachado pela Comarca de Assis Chateaubriand, pois que o mandato é específico para a Gleba que pertence ao Município de Assis Chateaubriand e não para a área do Município de Palotina, evitando-se com essa medida maiores e piores consequências que advirão com os posseiros ali radicados.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1970.

(a) — Leopoldo Jacomei

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a Vossa Excelência, que determine a expedição de ofício ao excelentíssimo senhor Marcus Vinicius de Moraes, digníssimo ministro da Indústria e Comércio e ao excelentíssimo senhor Mario Penteado de Faria e Silva, presidente do Instituto Brasileiro do Café, solicitando suas providências no sentido de que a autarquia cafeeira receba, nesta safra, o café tipo Seis (6) Bica Corrida.

A razão desta solicitação prende-se ao fato de que a atual safra, de forma geral, será constituída de café miúdo. Como normalmente as peneiras 13/14 não proporcionam tipo 6 e como o Regulamento de Embarque só admite peneiras em separado, não aceitando média de classificação, a lavoura será grandemente prejudicada, pois 55 por cento da safra até agora é constituída de peneiras 14 e 13, não havendo previsão de melhora no correr da mesma.

A medida, além de seus efeitos econômicos, terá grande repercussão em nossos meios sócio-econômicos.

Sala das Sessões em 17.6.71.

(a) — Álvaro Dias

#### PROJETO DE LEI N. 105-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar o Ginásio Municipal de Arapoti, em atenção a interesse da Educação naquele Município.

Art. 2.º — A referida iniciativa entrará em vigor quando do exercício do período escolar de 1972.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1971.

(a) — **Aguinaldo Pereira Lima**

**JUSTIFICATIVA:**

O estabelecimento de ensino supra citado, fundado em 1966, embora os marcantes serviços prestados à mocidade estudiosa, de Arapoti, ressentem-se das condições ideais de funcionamento, à altura de sua alta missão e a distribuir convincente cobertura dos reclamos gerais. A sua estadualização alcança, por tal feito, a meta de suas crianças carentes de assistência escolar, permanente e eficiente. É a medida pleiteada pois, da maior valia para os interesses do Município nesse campo de atividades humanas, peio que o signatário confia no espírito de justiça das autoridades responsáveis pela meritória solução do delicado problema.

**PROJETO DE LEI N. 106-71**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

**SÚMULA:** “Autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada que demanda de São Mateus do Sul ao entroncamento do Distrito de Riozinho, na forma e como especifica”.

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar a estrada que demanda de São Mateus do Sul ao entroncamento do Distrito de Riozinho, passando por Estiva, indo até a estrada geral de União da Vitória, para fins de melhoria e conservação.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1971.

(a) — **Domício Scaramella**

**JUSTIFICATIVA:**

A estrada que ora propomos seja estadualizada, está a merecer condições de tráfego, tendo em vista a sua grande utilização por parte dos moradores da região, para escoarem o produto de seus plantios, procurando a demanda aos centros consumidores.

Nestas condições, apresentamos a presente proposição à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê o indispensável acatamento.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Não havendo oradores no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, sr. deputado Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Ontem, talvez, o tema mais abordado nesta Casa tenha sido relacionado com o nosso produto básico, o café. Hoje voltamos não só para apresentar requerimento, mas também para abordar o tema momentâneo na conjuntura econômica do país.

Começo citando uma frase de Alberto Torres: “uma nação pode ser livre ainda que bárbara, sem garantias jurídicas. Não pode ser livre, entretanto, sem o domínio de suas fontes de riqueza, do seu meio de nutrição”.

As grandes fontes de riqueza têm sido, sem dúvida alguma, o café, nosso produto básico, que está a necessitar agora, mais do que nunca, de defensores, para que possa continuar prestando o grande serviço que tem prestado, de sustentáculo econômico do país.

Continuarei, citando frase de John Foster: “uma nação não tem amigos, tem interesses”.

Defender a cafeicultura é lutar pelos interesses maiores da Nação. Aten-

der as necessidades da agricultura, é plantar um futuro melhor para milhares de brasileiros.

Relatarei aqui palavras do presidente Médici: "reconheço que desde o ano 50, nosso esforço desenvolvimentista vem sendo predominantemente indústria e de forma, desequilibrada, em relação ao setor agrícola. Para correção dessa anomalia, era e é necessário considerar o homem, inclusive e primordialmente o homem do campo, a primeira das nossas infra-estruturas básicas.

Por isso é que começo pelo campo, é que no campo está a maioria de nós mesmos, é que do campo vem nossa alimentação e do campo sai a parte mais valiosa de nossa pauta de exportação. Dando prioridade ao campo, estou dando prioridade à valorização do homem brasileiro. Este é realmente o instante de se dar prioridade ao homem do campo.

O Governo, como já se disse aqui desta tribuna, precisa viver o drama do agricultor, precisa participar não só do saldo positivo, mas também dos riscos, dos prejuízos, das crises, de todas as dificuldades.

A cafeicultura está, mais uma vez, na atualidade a reivindicar preço justo para o produto. É uma batalha que se repete porque não é esta a primeira vez que o homem do campo reivindica melhores preços para seu produto, assistência e melhores condições de vida.

Desencantada pelos entraves, pelos tropeços, pelas crises, pelos desacertos governamentais a nossa cafeicultura está decadente. Os números frios e reais impedem que se despinte esta nossa acertiva. Os responsáveis pela política cafeeira no país não conseguiram o acerto necessário, o acerto esperado ansiosa e desesperadamente pelos homens do campo.

Não teria tranquilidade suficiente para criticar a política cafeeira do país, não fossem os pronunciamentos constantes de líderes nacionais abordando com a profundidade que muitos anos de vivência no setor proporcionou. Líderes como Herbert Levy que afirma entre outras coisas: "que somente amadores da política cafeeira poderiam tomar certas atitudes irresponsáveis e desastrosas para nossa economia como se tem tomada ultimamente".

Ai está o pronunciamento de um homem do Governo, de um parlamentar arenista que reconhece também não estarem os homens responsáveis pela política cafeeira do país acertando devidamente.

Está provado que a política externa do café influi profunda e decisivamente na política interna de preços. Lamentavelmente hoje nosso produtor está sofrendo as consequências desta política externa. O Brasil está vendendo seu produto para o exterior por preço inferior ao que poderia vender. A África, país. Segundo nos consta, qualquer torrefação de país estrangeiro compraria país. Segundo nos consta, qualquer torrefação de país estrangeiro compraria nosso produto por preço superior ao que está sendo vendido atualmente. Seria de se perguntar: Será que estão adotando aquele lema vender mais barato para vender mais? Mas, como vender mais se já não possuímos excedentes?

Vejam os senhores como estamos decaindo. Em 1952, vendíamos o nosso produto ao preço de 70 dólares a saca. Hoje, estamos vendendo nosso produto a 51 dólares. Portanto, o produtor tem que sofrer esta influência. Se em 52 vendíamos a 70 dólares, hoje vendemos a 51 dólares. Naturalmente, alguém teria que pagar por esta deficiência, e quem paga é exatamente o produtor. Há alguns anos atrás, tínhamos um estoque de 60 milhões de sacas de café, segundo dados do IBC. Hoje, não temos mais de 18 milhões de sacas, este é um quadro nada alentador, pois se constata que nas próximas safras, se continuarmos com os atuais níveis de produção, não teremos num futuro próximo, café em estoque, e não teremos sacas de café suficientes para atender os compromissos de exportação de influência interna. Portanto, urge uma ação imediata do Governo federal, de nada adiantará o incentivo para plantação com financiamentos. Embora temos que salientar também que hoje se financia o plantio, mas não se dá a assistência técnica necessária, inclusive, se planta café em locais menos adequados. No caso de incentivos através de financia-

mento, deveria a autarquia cafeeira do país, proporcionar o seu produtor, àquele que planta o café, a devida assistência técnica. Mas, apenas este incentivo não bastará, o financiamento não será suficiente para aumentar o índice de produção, se o nosso Estado corre o risco, segundo consta, de perder a sua supremacia de maior produtor do País, para o Estado de S. Paulo, dentro de três anos. A verdade é que ninguém planta café porque acha a árvore bonita, ninguém planta café por patriotismo, há necessidade de retirar do café, o lucro necessário para a sua sobrevivência, para o sustento de todos que vivem do amanhã da terra e para a consolidação financeira do produtor. Este incentivo só pode vir, através de um preço justo, uma vez reclamado com insistência pelo produtor do nosso Estado, e de outros Estados produtores do café. Já dissemos que a política externa está a influir na política de preço, internamente. Como vemos o confisco foi reduzido e reduzido consideravelmente como seria de se esperar. Portanto, o preço para o produtor, deveria aumentar, e aconteceu justamente o contrário, reduziu-se o confisco cambial, mas o preço não elevou para o produtor do nosso País, aumentou o confisco cambial e não aumentou o preço interno, do café. Então o que estamos presenciando é esta diferença para os países estrangeiros, ou para onde vai esta diferença, alguém poderia me dizer? É preciso que se olhe com realismo para a política cafeeira do País. Porque nossas terras não são de fertilidade eterna, hoje o nosso produtor encontra inúmeras dificuldades, as dificuldades se avolumam realmente, porque a adubação, o inseticida tudo isso, requer investimentos volumosos. E além de adubos e inseticidas os encargos tributários que a cada dia aumentam mais. O FUNRURAL, o ICM o confisco cambial, o INCRA, além das geadas, das secas que atingem constantemente a lavoura, sobre tudo hoje, neste Estado. E agora, o perigo fantasmagórico da ferrugem, a assustar, a atemorizar o produtor de café. Porque, segundo tudo indica, dentro de dois anos esta praga terrível estará atingindo a lavoura cafeeira do nosso Estado. Tudo isso, a par de uma política agrária retrógrada que não acompanhou a evolução do tempo, faz com que o homem do campo abandone suas áreas. Faz com que o proprietário lance a pastagem no lugar do café, fazendo com que, aqueles humildes trabalhadores rurais procurem, na cidade, o alimento de esperanças maiores.

No entanto, ao chegar na cidade, encontra as portas fechadas para o seu emprego; não encontra meios para o sustento de sua família. E não encontra outro caminho a não ser o caminho da favela, geradora de dramas sociais, geradora de dramas enormes para a criança, para o jovem, para o velho. Faz com que surja o criminoso; incentiva a prostituição, porque o homem se vende, jogado ao desespero, com seu filho caminhando pelas ruas da cidade, a buscar nas latas de lixo, algo para matar a sua fome. No retrato negro da imagem do seu lar, onde impéra a miséria, vergonha desse país, conforme relata S. Exa. o sr. Presidente da República: — Miséria, vergonha do país.

Se não incentivarmos a partir de já, o homem do campo, se não estimularmos, se não reunirmos condições para a sua subsistência, para a sua fixação no campo, nós veremos o crescimento, a cada dia, desses dramas sociais imensos. Por que o homem foge do campo, procuraremos em outra oportunidade abordar, desta tribuna, especificamente; o êxodo rural, as suas causas e consequências. Hoje, já que não gostamos de nos alongar em nossos pronunciamentos, ficaremos apenas no aspecto de atendimento imediato ao cafeeiro, com o preço justo. Com o estímulo maior, para a sua produção. Porque entendemos nós, tudo que se faça, para beneficiar, para estimular maior produção de café, embora mereça aplausos, não trará realmente consequências de estímulo maiores para o homem do campo. Não virá beneficiar realmente o homem da lavoura.

Hoje apresentamos um requerimento...

O sr. Pinto Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, quero cumprimentá-lo pelo discurso que V. Exa. pro-

ânuncia da tribuna e dizer a V. Exa. que nós estamos de acôrdo com a fala que V. Exa. acaba de pronunciar neste instante.

Realmente, a agricultura brasileira, o homem pela luta da terra neste país, ele têm muito a desejar. E, quando V. Exa. faz justiça com o Governo federal, com a intenção que tem o Governo de adotar a nossa agricultura de um atendimento mais humano, realmente, nobre Deputado, é a preocupação do Governo federal, desde sua posse: A agricultura dêste País, quase desde seu início, jamais teve o tratamento e o atendimento que tem tido nos últimos tempos. Entretanto, principalmente no setor do café, com relação à comercialização, ou melhor dizendo, quanto ao esquema baixado para a safra dêste ano, ela muito tem a desejar. O preço fixado pelas autoridades não corresponde hoje sequer ao custeio do cafeicultor, como bem disse V. Exa., pois o nosso Estado tem passado por situações as mais difíceis, como é o caso das geadas. Veja, nobre Deputado, que o nosso cafeicultor vem de uma geada. A recuperação da agricultura é dispendiosa, é a mais cara para todos aqueles que labutam na terra. E o café exige um tratamento que nenhuma outra agricultura exige. Entretanto o preço baixado para êste ano não corresponde sequer ao custeio. Estamos solidários com o apêlo feito por V. Exa., porque entendemos também que é o café o principal produto do Brasil e o segundo produto na comercialização internacional. Primeiro o petróleo e em seguida o café. É ele que tem constituído a grandeza dêste País, desde São Paulo, Londrina, Maringá e mais de duzentas cidades que nasceram nas últimas décadas. A grandeza do Paraná deve-se, quase que totalmente ao café. Quero aqui me congratular com seu pronunciamento. Estamos solidários com o mesmo na íntegra.

O SR. ALVARO DIAS — Agradeço o aparte ao deputado Pinto Dias, conhecedor profundo do problema agrícola de nosso Estado, e homem que se interessa realmente pelo assunto. Lamentavelmente, nem tôdas as autoridades demonstram o mesmo interêsse pela agricultura de nosso País.

Este reflexo sentimos, inclusive, na Assembleia Legislativa onde, quando alguém procura abordar problema atinente à agricultura, não encontra a atenção devida, a não ser de raras exceções. Quando aqui comparecemos para falar sobre cafeicultura, para falar sobre agricultura, não o fazemos com intuito demagógico, e sim porque estamos sentindo a realidade do momento, estamos sentindo que há necessidade do despertar para os problemas da lavoura.

Desde os anos de 50, como afirma o sr. Presidente da República, o Governo tem se esquecido de dar a atenção, o estímulo necessário ao homem do campo. Quando se fala nesta Casa em agricultura, deve-se encarar com muita seriedade o problema, porque o Paraná, mais do que outro Estado qualquer, deve a agricultura o seu desenvolvimento e seu progresso, porque êste é um Estado eminentemente agrícola e não pode a agricultura ser esquecida, de forma alguma, por nenhum de seus representantes.

O café, a par do que representa economicamente para o País, talvez seja o maior desbravador dêste País. Foi o café que desbravou o Norte do Paraná; que trouxe para o Norte do Paraná o homem e o fixou naquela região.

Não fôsse a atração despertada pelo café, talvez não tivéssemos, hoje, uma região rica e habitada como temos o Norte do nosso Estado.

E se o Governo procura, agora, incentivar maior produção de café, maior plantio, é porque reconhece os êrros do passado, quando se erradicou cafeeiros produtivos; cafeeiros que ainda hoje estariam produzindo se não tivessem sido erradicados. Quando se deveria, naquela oportunidade, recuperar as lavouras deficientes, ao invés de erradicá-las.

Hoje, os êrros do passado servem de inspiração às atitudes que levarão, no futuro, a agricultura de nosso País à realização definitiva, ou a uma deficiência total.

Apresentamos, pessoalmente, uma reivindicação da cafeicultura do Para-



nã, juntamente com os nobres deputados Pinto Dias e Antônio Maciel, ao IBC, no Rio de Janeiro, e hoje o fazemos através de ofício, não só para reforçar aquela reivindicação mas, também, para documentar. Apresentamos um requerimento solicitando uma alteração no sistema de embarque do IBC. Porque é do conhecimento geral que a safra atual, por motivos óbvios, tem produzido café miudo, em algumas lavouras pelo excesso de carga, em outras pelas deficiências de carga; pela falta de adubação; em uma pela falta de chuvas, ou pela má distribuição da chuva, vindo, às vezes, em excesso e faltando durante largos períodos. São, portanto, diversas as causas que contribuíram que a atual safra fôsse de café miudo.

Essa é uma reivindicação da lavoura que, para uns, é tão importante como a antecipação do preço para o café. É uma reivindicação no sentido de que o IBC aceita, também, na safra atual, o café Tipo 6 — bica corrida —. E a razão prende-se ao fato do café este ano, ser miudo. E como as peneiras usadas no sistema de embarque são 13 e 14, a lavoura cafeeira de nosso Estado será grandemente prejudicada, porque 55% da safra deste ano é constituída de café miudo, e não há previsão de melhorar a safra deste ano. E se tivermos chuvas constantes, o problema se agravará e teremos maiores deficiências. Razão pela qual apresentamos, pessoalmente, essa nossa reivindicação, e voltamos a fazê-la novamente, para que o IBC proceda uma verificação nova no sistema de embarque e aceite o café Tipo 6 — bica corrida — para comercialização do produto.

Outra reivindicação que apresentamos também pessoalmente, naquela oportunidade, e ainda não relatamos aos nobres Pares desta Assembléia, no sentido de que o Instituto Brasileiro do Café propicie também a exportação do Tipo 7, porque determinados mercados internacionais não encontram condições para importar o produto que exportamos e o Tipo 7, hoje, é vendido apenas para as companhias de café solúvel, favorecendo, assim, dando assim privilégio a um grupo reduzido da cafeicultura do país, em detrimento dos interesses da grande parte da cafeicultura nacional.

O sr. Antônio Lopes Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Ilustre Deputado, oxalá todos que viessem à tribuna trouxessem assunto de alta indagação e de grande interesse para a coletividade, com esse que V. Exa. aborda neste instante. Quero, antes de tudo, me congratular com V. Exa., por dois motivos: primeiro, pela apresentação de um assunto assim de relevância extraordinária. Em segundo lugar, por ter, no início de seu discurso, citado o grande Alberto Torres, cuja obra sociológica deveria informar qualquer sistema que se pretendesse para a grandeza da Nação brasileira.

Alberto Torres é um autor que deve ser lido e meditado em todo o Brasil. Sou da terra da erva-mate, mas nada impede que também dê aqui algumas palavras a respeito da comercialização do café, conforme falou o deputado Pinto Dias e dessa constante dolorosa que V. Exa. neste mesmo instante abordou, do favorecimento de alguns poucos contra muitos. A diferença, por exemplo, das quotas que o IBC distribui às torrefações de café. São inúmeras torrefações em nosso Estado, que estão na iminência de fechar, porque as quotas são insuficientes para sua comercialização e o IBC não tomou providência alguma. Conheço várias e várias fábricas que estão restringindo suas vendas e vão restringir até o fechamento.

O SR. ALVARO DIAS — Agradeço o aparte do ilustre parlamentar Antônio Lopes Júnior que em tôdas as oportunidades, quando faz uso da palavra, traz luz nova para o esclarecimento dos fatos.

A última parte de seu aparte, com relação ao problema de torrefação e, do IBC, vem de certa forma, justamente, concordar com o pensamento do parlamentar Herbert Levy, da ARENA, que afirma que o IBC tem adotado certas medidas irresponsáveis e que somente amadores da política de café, poderão adotá-la.

V. Exa. nos lembra neste momento de um fato, que poderá favorecer a

antecipação do preço do café para final de julho do corrente ano. Pois o Ministro da Indústria e Comércio se manifestou favoravelmente, reduzindo o subsídio para o consumo interno, para favorecer o produto com a antecipação do preço estabelecido para janeiro do próximo ano, para fins de julho do corrente ano.

Na verdade o IBC se vê sobrecarregado por um subsídio elevado e com a sua redução poderia, ao invés de favorecer as torrefações, favorecer o produtor de café.

**O sr. Pinto Dias** — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Apenas para trazer um esclarecimento à Casa, com relação às quotas de torrefação. Há poucos dias entregamos um documento a um dos diretores do IBC, dr. João Ribeiro. Esse documento pleteava a elevação da quota de várias torrefações de café do Paraná.

Naquela oportunidade, o dr. João Ribeiro, atual Diretor do IBC, adiantou-nos e afirmou que é pensamento da Diretoria do IBC, cujo estudo está já em fase bem adiantada, liberar essas quotas para as torrefações e aos torradouros de café do Brasil. Assim sendo, não terão mais eles o problema de quotas porque serão totalmente liberadas diante desse trabalho. Talvez esteja aí a deficiência, no momento, do IBC em atender a pretensão daqueles torradouros. O desejo do IBC é dar uma liberação total a todas as torrefações do Brasil.

**O SR. ALVARO DIAS** — Muito obrigado, deputado Pinto Dias. Ao encerrar este pronunciamento gostaria de fazer um alerta. É válido tudo aquilo que se faz em defesa da economia brasileira; merece aplauso toda a voz que se levanta, em qualquer canto deste país, abordando este assunto, mas a responsabilidade maior, neste instante em que se reivindica para a cafeicultura, está, justamente, nos ombros dos representantes do povo do Paraná, porque estamos com o risco de perdermos a condição de maior produtor de café do país.

Que este alerta sirva para despertar as autoridades deste Estado no sentido de todas elas ingrossarem fileiras em torno da defesa do produto base da economia de nosso Estado.

**O sr. Sebastião Rodrigues** — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Deputado Alvaro Dias, V. Exa. se refere ao problema do café e na possibilidade do Paraná vir a perder a liderança nacional no que diz respeito à produção de café.

Gostaria de chamar a atenção da Casa para um aspecto o qual já tive oportunidade de tratar desta tribuna.

O Paraná tem sido prejudicado e vem sendo sensivelmente prejudicado em seu desenvolvimento, sobretudo na parte da agricultura, pela ausência de um representante paranaense na alta esfera da administração federal.

Refiro-me ao problema que já tratei aqui quando vagou a 6a. Diretoria do Banco do Brasil que jurisdiciona o Paraná e Sta. Catarina. Nessa ocasião, compareci a esta tribuna para reivindicar o preenchimento da Diretoria vaga para um homem ligado à economia paranaense. Pois bem, recebi a notícia, através da imprensa, que foi designado para titular da 6a. Diretoria o ex-governador do Rio Grande do Sul, sr. Walter Perachio Barcellos, homem que conhece o Paraná, que conhece a economia paranaense por passar sobre o Paraná, é um homem que não teve maior convívio com a economia de nosso Estado.

Isto é que é de lamentar. Evidentemente, são atos desta natureza que refletem tremendamente na economia de nosso Estado. Não posso conceber que uma Diretoria tão importante para a economia do Paraná e de Sta. Catarina seja dada a um homem do Rio Grande do Sul.

E isso é lamentável sr. Deputado, porque o que estamos observando é que a esfera federal vem preenchendo os cargos que dizem respeito à nossa

economia, não só no setor do café mas com respeito globalmente, à economia paranaense. Era o aparte.

O SR. ALVARO DIAS — Agradeço o aparte, nobre Deputado. Porque realmente o que desejamos, é a consolidação econômica do nosso Estado, porisso deveríamos lutar também, por uma representação na esfera federal. O Paraná, realmente, está marginalizado neste sentido, o Paraná está relegado a um 2.º plano neste aspecto. E nós sentimos mesmo uma certa prevenção por parte de representantes de outras unidades da Federação, em relação ao Estado do Paraná.

Senti que nesta viagem que fizemos a Brasília com os companheiros Pinto Dias e Antônio Maciel, naquela oportunidade ouvi o senador Orlando Zancanetti esta espécie de prevenção contra o Paraná e disse êle enfaticamente que o Paraná abrisse os olhos porque, dentro de três anos, o Estado de S. Paulo recuperaria a condição de produtor digamos, de maior produtor do Brasil. E porisso que aqui estamos para alertar. Porque se S. Exa. o sr. senador Orlando Zancanetti, do Estado de S. Paulo, nos dá esta previsão que dentro de três anos o Estado de S. Paulo será o melhor produtor de café do País, é porque existem motivos para tanto. E porque lá se incentiva mais do que aqui, é porque lá está se dando condições maiores para a produção, do que em nosso Estado. Elemento ligado à cafeicultura como é naturalmente, não faria uma afirmativa desta natureza, se não tivesse razões fortes, motivos marcantes. Porisso, srs. Deputados, no final do nosso pronunciamento, fica aqui um alerta ao sr. Governador do Estado, que deve liderar um movimento com a colaboração das autoridades responsáveis, para que o Paraná não permaneça dormindo em berço esplêndido no que diz respeito à cafeicultura, para que o Paraná fique se ufanando de ser o maior produtor de café do País, que não se esqueça que pode perder o risco de baixar a sua produção num futuro ainda bem próximo.

O sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Não gostaria de macular o pronunciamento de V. Exa. nesta tribuna, que com tanta propriedade aborda o assunto que trata do problema café. Não gostaria, mas sou levado pelo meu temperamento, porque eu entendo que o nosso Estado vem sendo prejudicado pela disposição natural dos fatos que ocorrem. Vejamos nós, este crescimento assustador que até certo ponto é prejudicial ao nosso Estado. Estas ações, na prática, vêm em prejuízo do nosso Estado, e em benefício dos Estados altamente industrializados, ou melhor dizendo em benefício, principalmente, do Estado de S. Paulo e secundariamente do Estado da Guanabara. Também como se não bastassem estes fatos que ocorrem com a economia do Paraná, com os quais não nos dá direito de pedir uma intervenção maior na parte do Governo federal e estadual, existem outros fatos dirigidos contra a economia paranaense, que é a atuação parcial do Governo federal, que, por omissão do próprio Governo federal, ou por omissão das lideranças de nosso Estado. Porque eu não posso conceber, não posso conceber mesmo, que se modifique Constituição, para se remover promotor público; que se modifique Constituição, para não se fixar o número de Conselheiros do Tribunal de Contas. E não se trate de um problema tão sério, como este, da representação paranaense na administração federal.

Entendo que se S. Exa. o sr. Governador tivesse se dedicado à solução desse problema de representação do Paraná, na alta cúpula da administração federal, com o mesmo empenho que se jogou contra a liminar concedida pelo Tribunal do Estado, nós seríamos bem mais sucedidos neste setor. Era o aparte.

O SR. ALVARO DIAS — Agradeço, nobre Deputado.

Poderia representar bairrismo, lutar para que o Paraná tenha, na esfera federal, uma representação maior, que defenda seus interesses. Mas não se trata de bairrismo; é assunto muito sério e importante. Porque, se o Pa-

raná continuar marginalizado no sentido de representação do âmbito federal, ele continuará sendo marginalizado também naquilo que tem importância no aspecto econômico e financeiro. Continuará sendo marginalizado, no sentido de reivindicar aquilo que realmente de justiça lhe seja reivindicado, como hoje se reivindica: a antecipação do preço do café.

O sr. Lázaro Drumont — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Queria congratular-me, por insistência do deputado Mauricio Fruet, com V. Exa., principalmente no que se refere à política cafeeira.

Em primeiro lugar, quero dizer o seguinte: Não acredito, sinceramente, que o Presidente do IBC, cafeicultor que é, nosso representante, Diretor do IBC, dr. João Ribeiro Júnior, que teve grande atuação na Presidência do IBC e nos deu, nesta participação sua que está tendo no IBC, a oportunidade de termos uma grande reivindicação do Paraná, que é o Instituto Agrônômico; não acredito que, principalmente estas duas pessoas, tomem, deliberadamente, medidas contra a antecipação do preço do café. Porque eles realmente precisam da antecipação, porque são produtores. O que eu acredito que haja, por traz de tudo isso — e tivemos um Presidente que renunciou — são forças ocultas; acredito que haja alguma força oculta atrás da política cafeeira do Brasil. Agora, o que eu acredito sinceramente que existe é que determinadas pessoas que pensam que quem produz café no Brasil seja Lunardelli, ou outra pessoa que produz centenas de milhares de sacas de café beneficiado; esquecem hoje que 75% das propriedades paranaenses são de pequenos produtores; esquecem que mesmo nas grandes fazendas, quem trabalha nos cafés são os trabalhadores rurais que necessitam de melhores vencimentos, para terem melhores condições de vida. Esquecem que muitas vezes, a maioria dos pequenos lavradores, produtores, meeiros, parceiros, ou mesmo pequenos produtores, não inclui, no preço do café, que no fim do ano sempre lhe dá prejuízos na sua propriedade, não inclui ainda o seu trabalho físico, pessoal, pois em vez de contratar, ele mesmo trabalha.

O que nós queremos com esse aparte dizer a V. Exa., não só nos congratulamos pelo seu pronunciamento, mas também que seja acrescido mais um apelo, para que as autoridades de nossa cafeicultura lembrem-se dos menos favorecidos, desses que trabalham de sol a sol, ganhando menos que o salário mínimo, porque os cafeicultores às vezes não têm condições de pagar o salário integral. Lembrem-se das milhares de famílias que precisam da antecipação do preço do café e que pensem menos nos atravessadores que são os que vão ganhar, comprando café e depositando, para vender quando aumentar o preço. Queremos agradecer e nos congratular com V. Exa. por trazer assunto tão sério à nossa Casa, no dia de hoje.

O SR. ALVARO DIAS — Obrigado pelo aparte esclarecedor que traz V. Exa.. Com relação às forças ocultas, entendemos não serem elas tão ocultas. São, isto sim, as forças internacionais interessadas na importação de nosso produto por preços que somente possam lhes favorecer. Aí está, a necessidade, portanto, de um cuidado extremo de nossos representantes no trato da comercialização exterior de nosso café. Porque, volto a repetir, quem sente os reflexos da política externa, são aqueles que vivem na terra, aqueles que vivem no campo.

Quero encerrar meu pronunciamento agradecendo a atenção dos nobres Pares a este assunto de grande importância para nosso País, mas, sobretudo, para nosso Estado.

Reafirmo o apelo para as autoridades deste Estado, sem distinção de Partidos, sem distinção de cargos, porque acima de tudo está o interesse de nossa cafeicultura, não está o interesse do MDB ou da ARENA, de Deputados ou de Governador.

É o instante de todos cerrarmos fileiras na defesa dos interesses do Estado, na defesa da economia do Estado, que procura, com passadas largas,

na estrada do desenvolvimento, a sua consolidação definitiva. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, sr. deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVERIO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Ocupo a tribuna na tarde de hoje, para trazer ao conhecimento da Casa, principalmente ao nobre Líder do Governo e ao Presidente da Assembleia Legislativa, deputados João Mansur e Wilson Fortes, irregularidades ocorridas nesta semana no Instituto de Identificação, o que bem demonstra a imagem deste Poder Legislativo, principalmente perante alguns Secretários de Estado, alguns Diretores de Departamentos e às vezes, perante simples funcionários subalternos, que teimam em não reconhecer que este Poder Legislativo, por ser o único Poder constituído que representa realmente o povo, é o repositório de todas as queixas da população. E o Deputado é o confidente que muitos procuram para relatar seus dramas, para pedir auxílio e ajuda na solução de problemas em que realmente o Deputado pode ajudar sem querer interferir na administração pública.

Infelizmente, a ação do Deputado nem sempre é bem compreendida, quase nunca é bem recebida pelas pessoas e funcionários que já citamos.

Todos sabem que o Instituto de Identificação está deixando muito a desejar. Não estou culpando, absolutamente, o atual Governo que, em poucos meses, pouco mais de três meses, não poderia mudar a situação que vem há anos. Mas, estou trazendo ao conhecimento da Casa um fato que é do conhecimento de todo o povo, que aquele Instituto não funciona e tem entravado a vida não só de organizações comerciais, mas de cada um individualmente.

Fomos procurados por uma pessoa que, há dois meses, se encontra desempregada, porque, deixando as fileiras do Exército, não possui a carteira de identidade. E já está esperando a mesma por dois meses, não podendo conseguir emprego por falta desse documento. Procurou-nos essa pessoa, e relatou-nos seu drama. Nós fizemos uma carta ao Diretor daquele Instituto, dr. Eudes Brandão. E qual não foi a nossa surpresa quando fomos, novamente, procurados pelo portador da carta, cujos dizeres vamos repetir, nesta Assembleia, para que não venha, amanhã, o dr. Eudes Brandão regar o fato. Na carta, dizíamos, pura e simplesmente, que apresentávamos o cidadão, fulano de tal, cujo assunto ele pessoalmente iria expor. E pedíamos a fineza ao Diretor daquela repartição pública de atender a pessoa referida.

Todavia, ali chegando, o portador de nossa missiva, e entregando-a, esta nem sequer foi aberta. E o Delegado, numa falta de educação e despreparo, não se dignou a tirar o cartão e lê-lo, dizendo apenas que o portador entrasse na fila, pois não permitia ingerência de políticos em sua seção. Como se há dois meses, o referido cidadão não estivesse esperando por sua carteira de identidade, ele não foi pedir favor, e sim um documento que necessitava e que para o qual já havia pago os emolumentos. Esse cidadão, após permanecer na fila até às 17 horas, apresentou o seu registro de nascimento em forma de fotocópia devidamente autenticada. O funcionário que atendeu a parte disse que não poderia aceitar o documento sem o competente visto do Diretor. Novamente a parte dirigiu-se ao Gabinete do Diretor daquele Instituto, que se negou a passar o visto, porque havia uma lei federal que impedia que uma repartição pública aceitasse fotocópia. A parte saiu novamente dali e no corredor encontrou um funcionário, seu conhecido, por sinal primo do Diretor, a quem contou seu drama. E esse funcionário passou o visto no documento que foi aceito.

Estou relatando este episódio para que os srs. Deputados, principalmente o Líder do Governo e o sr. Presidente desta Casa, tomem medidas enérgicas em defesa deste Poder. Porque, quando estou encaminhando uma pessoa a

uma repartição pública, estou cumprindo com um dever e não pedindo favor. Não é justo que um Diretor de Departamento demonstre essa falta de educação, já não digo falta de cortesia, para com a parte, não se dignando sequer abrir o cartão, quando é obrigação dos funcionários atender bem, porque não é justo que uma parte fique por 60 dias esperando uma carteira de identidade, desempregado, nos dias difíceis no sentido econômico, em que vive o povo. Dois meses sem conseguir emprego, por causa de uma carteira de identidade e, no entanto, é maltratado por um Delegado de Polícia. Desrespeitando um Poder que é soberano, que é legítimo, porque é poder que emana do povo. Nós não podemos mais admitir achincalhe a dignidade de um membro deste Poder.

Quando encaminhamos uma pessoa a uma repartição pública, ela terá que ser recebida, com lhanza, com cortesia, sob pena de nós, amanhã, não termos condições de entrar numa Delegacia de Polícia, para atendermos um pedido, às vezes de uma mãe, que tem seu filho preso, talvez injustamente, porque lá o escrivão não vai nos receber, porque Deputado não tem mais autoridade. Porque Deputado não tem mais vergonha na cara, porque o dia em que eu fôr desfeito numa Delegacia de Polícia, fico preso, mas revidarei à altura do cargo que desempenho nesta Casa, por delegação soberana do povo.

Por isso o apêlo que faço ao Presidente deste Poder, que zele pela dignidade do mesmo. Faço um apêlo também ao Líder do Governo, que tem se mostrado sensível a todos os problemas que lhe são trazidos pelos membros desta Casa.

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Nobre deputado Erondy Silvério, estava e está na nossa agenda de assuntos a tratar com o sr. Governador do Estado, especialmente este problema. Temos sido procurados por dezenas e dezenas de pessoas, trazendo essa mesma reclamação que V. Exa. agora denuncia da tribuna; mas com a sua denúncia agravou-se mais o problema, porque foi um membro desta Casa, deste Poder, que foi desrespeitado, quando apresentava um cidadão que nada mais queria que justiça.

A obrigação do titular daquela especializada, era o cumprimento de seu dever, era atendê-lo.

Mas levaremos amanhã este assunto ao sr. Governador.

Já estava na nossa agenda, porque estamos sendo procurados por diversas pessoas que há mais de 30 dias aguardam na fila, não sei por que razão. Se é por falta de elementos, que o sr. Governador coloque esses elementos.

V. Exa. não imagina o drama em que viviam, na época da posse, as professoras recentemente nomeadas, quando tinham poucos dias para assumir e necessitavam da carteira de identidade e de uma declaração da DOPS. Isso levava mais de 40 dias.

Levaremos o fato ao conhecimento do sr. Governador do Estado e mais ainda com a denúncia que V. Exa. faz, de que uma carta de representação de um representante do povo, que está cumprindo com seu dever, não é nem recebida pelo funcionário daquela Pasta.

Nós levaremos a S. Exa. o sr. Governador, a fim de que S. Exa. ponha cõbro a esse estado de coisas.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Isso vem corroborar o que estou falando na tarde de hoje, porque já o problema tinha sido trazido ao Líder do Governo. Nós não queremos nem de leve admitir que um Diretor de Departamento de uma Secretaria de Estado, atenda com prioridade um pedido de um Deputado, apresentação de um Deputado, porque nós sabemos que não é pelo fato do cidadão levar uma recomendação de um Deputado que passe por cima de outras pessoas que estão aguardando sua vez e estão necessitando de documento e por não terem padrinho ficam, geralmente, muito tempo na fila para a obtenção daquilo que desejam.

Mas, a obrigação de qualquer funcionário público é tratar com lhanza,

com cortesia, com respeito a parte, principalmente se ela vem recomendada por um representante do povo. Tratá-la não com exceção mas com respeito.

O sr. Pinto Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, a desconsideração e o desrespeito que o responsável do Departamento de Identificação do Estado teve para com a sua carta não tem nosso apoio. Gostaria de significar a intervenção no caso, do líder do Governo, deputado João Mansur.

O Departamento, na sua estrutura, tem muito a desejar para atender um número grande de pessoas que demandam àquele Instituto diariamente pedindo carteiras de identidade. Não quero defender o responsável por aquele Departamento, mas há necessidade de uma reformulação na administração principalmente com funcionários que, a meu ver, têm muito a desejar.

Tenho observado ali um acúmulo muito grande de serviço com meia dúzia apenas de homens e de senhoras atendendo as partes. Quando aquele Departamento abre às 12 horas o número de pretendentes ali é muito grande, é quase desumano atender. Isto não é de agora, vem de há muito tempo. Do interior, chega uma soma fabulosa de partes pedindo carteiras de identidade. Da minha cidade, Paranavaí, leva 60 ou 70 dias para a parte conseguir sua carteira de identidade.

Este é um problema muito sério e urgente. Congratulo-me com V. Exa. quando traz este problema fazendo um apêlo para que o Líder do Governo leve ao Governador esta posição. Temos certeza que não é culpa do Governo, pois assumiu recentemente. Esta reivindicação é oportuna e temos certeza que terá a melhor acolhida por parte do sr. Haroldo Leon Peres.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a V. Exa. e vem muito a propósito de nosso requerimento. Vamos proceder a sua leitura para que V. Exa. e toda Casa veja que ressalvamos a situação de atraso com relação às últimas conquistas, principalmente no setor de mecanização do Serviço de Identificação.

O SR. PRESIDENTE — Comunico ao orador que falta um minuto.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Obrigado. Ressalvamos isto no requerimento e ressalvamos na nossa oração que a culpa não é do atual Governo porque com três meses e pouco de Governo não poderia fazer milagre. Mas, a boa educação cabe em todo o lugar. E o Diretor do Instituto de Identificação é mal educado, não aprendeu educação apesar de ser Bacharel e ser Delegado. É mal educado e não tem condições.

Não temos tempo de ler o requerimento, mas faremos uma ressalva quanto ao desaparecimento daquele Instituto que não pode trabalhar de acordo com as técnicas atuais. Como bem disse o deputado Pinto Dias, é preciso que o Instituto se aparelhe tecnicamente para atender a grande demanda do Paraná que continua crescendo cada vez mais.

Mas a deficiência material ali encontrada pelo atual Governo não justifica que S. Exa. o Diretor trate com menosprezo, com falta de educação, não somente um contribuinte, mas um representante do povo que tem o dever em ouvindo as reclamações, as queixas da população do Estado, encaminhá-las às autoridades através de recomendações. Isso não dá direito àquele Delegado, a nenhuma autoridade e a nenhum outro funcionário por mais graduado que seja, desde a pessoa do sr. Governador, a tratar as partes com desprezo, porque estas autoridades são pagas pelos contribuintes que têm o dever moral de pagá-los bem. Portanto, aqui fica nosso protesto, em nome deste Poder. Oxalá, amanhã uma autoridade ou um outro deputado seja tratado desta maneira. Está na hora de se acabar, de uma vez por todas, com estas discriminações que se comete contra os srs. Deputados, por parte de determinados órgãos do Poder Executivo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de... srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Aguinaldo Pereira Lima, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimento de autoria do sr. deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

— **REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 259-70, que autoriza o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 50,00 à viúva Ana Santos Bello. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 259-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D e c r e t a :**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros), à Ana Santos Bello, residente em Curitiba.

Art. 2.º — A despesa decorrente da presente Lei, correrá à conta da dotação consignada para esse fim, na Lei de Meios.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7-6-71.

aa) **Cândido Manoel Martins de Oliveira** - Presidente. — **Maurício Fruet** - Relator. — **Pinto Dias**

— **3a. DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 104-70, de autoria do dep. **Abraão Miguel**, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Inspeção Regional de Ensino, com sede no Município de Arapongas, com jurisdição em Arapongas e Sabaudia e dá outras providências. — **Parócos favoráveis da C.C.J. e C.I.P.** — **Em Regime de Urgência.** — **Em discussão.** **Em votação.**

**O SR. MUGGIATI FILHO** — (Para encaminhar a votação. Sr. Presidente, srs. Deputados. O encaminhamento de votação deste projeto que ora o fazemos, visa mais registrar a nossa declaração de voto com referência ao mesmo, e principalmente abordar o aspecto constitucional do mesmo, de vez que, a partir de ontem, está novamente vigente a Emenda Constitucional n.º 3. E a Emenda Constitucional n.º 3, aprovada por esta Casa, no seu Artigo 47, diz o seguinte:

“Compete privativamente ao Governador:

1.º — Iniciar o processo legislativo das leis que dispõe sobre matéria financeira, crie ou extinga cargos, funções ou empregos públicos, aumente os vencimentos e vantagens dos servidores ou acrescem as despesas como fixe ou modifique o efetivo da Polícia Militar. No artigo 2.º do mesmo projeto, verifiquei a seguinte redação:

“Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no artigo 6.º da Lei n.º 5.821, de 3 de agosto de 1968, os seguintes cargos de provimento em Comissão: — no inciso 1: Um de Inspetor Regional de Ensino, símbolo 3-F; — No inciso 3: Um de Inspetor Regional de Ensino Médio, símbolo 6-C; — No inciso 4.º: — Um de Inspetor Regional de Ensino Primário, símbolo 14-C.

Art. 3.º — As despesas com a execução da presente Lei correrão a cargo da verba própria consignada no Orçamento Geral do Estado.”

Consequentemente, o citado dispositivo está criando os cargos; está incidindo na competência privativa do Governador, de acrescentar à despesa. Nós temos a honra de representar nesta Casa, a comarca de Arapongas, e vota-



mos favoravelmente a este projeto em sua 1a. e em sua 2a. discussão, embora tivéssemos apresentado uma emenda, excluindo Sabaudia, do projeto.

Quero dizer, o que eu não disse na justificação escrita que fiz, da emenda, para que fique consignado nos Anais desta Casa, mais esta razão de que, diversos professores de Sabaudia, antes de ser aprovado este projeto, já foram advertidos por quem deverá ser a Inspectora de Ensino regional de Arapongas, de que "as coisas passarão a ser diferentes", depois que Sabaudia ficar subordinada a esta Inspeção de Ensino que se pretende criar.

De modo que, sem ser contra a criação de uma Inspeção de Ensino em meu município, pois seria um absurdo se assim o fizesse, nós pretendíamos pelo menos livrar Sabaudia dos discricionarismo político que existe no ensino de Arapongas. Onde a Diretora do Ginásio estadual, que chefia o ensino público em Arapongas, durante as eleições fica à porta dos estabelecimentos recebendo eleitores conhecidos e escrevendo o número de seus candidatos, na palma da mão dos mesmos. Quero ressaltar que, tecnicamente, reconheço a capacidade de Diretora do Ginásio Estadual de Arapongas. Mas o seu discricionarismo na transferência de alunos do município de Arapongas para Apucarana e para outros lugares, sem conhecimento das famílias, dos pais destes alunos, para que se abram vagas para os alunos cujos pais participam do mesmo objetivo político, são fatos que amargamente nós temos que registrar nesta Casa. E que nos leva a condenar a orientação do ensino público em Arapongas, porque isso representa, uma arma em favor da política discionária.

No entanto, como acreditamos, como também acredita o dr. Pedro Horta, que o que aí está um dia há de passar, e nós, do MDB, devemos disputar as eleições municipais, acredito, e confio mesmo, que este Governo talvez corrija muitas coisas que ainda não se tornaram conhecidas nesta Casa, mas de cujos fatos concretos participamos.

O sr. Antônio Lopes Júnior — V. Exa. permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE — Não cabe apartes em encaminhamento de votação.

O SR. MUGGIATI FILHO — Não recusaria aparte a V. Exa. Mas, V. Exa. poderá falar no encaminhamento da votação.

Concluindo, sr. Presidente, queria apenas lembrar o que nós pretendíamos ouvir o órgão técnico sobre este projeto. Nós não recusamos, porque via subordinação. Mas para nós não é subordinação, porque é um assunto eminentemente técnico. No entanto, a Casa, logo em seguida, votou o projeto do FIDES, delegando ao Governador a faculdade de legislar naquele projeto. Concedendo esse poder ao Governador, sem observar o rito da lei, delegou poderes, no projeto do FIDES a S. Exa. para que legisle, no sentido de incluir as entidades que assim lhe aprouver.

Mas, não tenham dúvidas, srs. Deputados, que este artigo 2.º, do Projeto 104-71, será vetado pelo sr. Governador por inconstitucional, se esta Casa houver por bem aprová-lo, em terceira e última discussão.

Lamento apenas que o ilustre Deputado que requereu a urgência do projeto, e, por assim dizer, assumiu a paternidade de sua autoria, deputado Paulo Poli, não se ache presente no momento em que faço esta explanação. Porque, não poderia adiá-la visto que é a última oportunidade que me resta para falar sobre o assunto.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação o Projeto 104-70. Aprovado.

3a. discussão do projeto de lei 231-71. Em discussão.

— 3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 231-70, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 27-70 — dispõe sobre a obrigatoriedade da inscrição dos produtores como contribuintes do imposto de circulação de merca-

dorias e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F.

— **Em Regime de Urgência.** — Em discussão.

O SR. NIVALDO KRÜGER — (Para discutir) Sr. Presidente, aqui está um projeto de grande importância, mas que, pelo fato de haver ficado retido na Comissão durante tanto tempo, tenho impressão, — projeto de autoria do Governo passado, — que dada a evolução dos acontecimentos, está superado. Como não tenho absoluta certeza disso, não acompanhei as duas primeiras discussões porque estava ausente, solicito o apoio da Casa para um requerimento que encaminharei, pedindo adiamento por 5 sessões do Projeto 231-70, que tem por objetivo cadastrar os contribuintes do Imposto de Circulação de Mercadorias, por solicitação da Associação dos Municípios. Um ano decorreu e muitas coisas aconteceram durante esse período. Tenho impressão de que isso já não é mais do interesse da entidade, nem da Secretaria da Fazenda, que, se não me engano, já adotou outro sistema.

Nestas condições, faço uma solicitação à Casa, para que aprove meu requerimento. E como reforço dos argumentos que usei aqui, se esse projeto demorou-se durante 12 meses nesta Casa, 5 dias a mais parece-me que não seria prejuízo, nem para o Estado, nem para a Associação. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE -- Em votação o requerimento do deputado Nivaldo Krüger.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, apenas para ser coerente, a exemplo da atitude que tomei ontem com relação ao requerimento formulado pelo deputado Muggiati Filho, sem embargo da argumentação e do respeito que me merece o nobre Líder do MDB nesta Casa, também vou votar contrariamente, porquanto, em regime de urgência, o projeto necessitando de alguma providência que a Mesa considera necessária, pode ser retirado da pauta por 48 horas, mas, por 5 sessões, contraria o Regimento Interno da Casa.

Portanto, vou votar contra, salvo se o nobre Líder do MDB reduzir para 48 horas.

O SR. NIVALDO KRÜGER — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, agradeço as ponderações do deputado Erondy Silvério e se V. Exa., sr. Presidente, concordar, altero o meu requerimento, reduzindo o prazo para 48 horas, ao invés de 5 sessões.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere a solicitação de V. Exa. e coloca o requerimento em votação. — **Aprovado.**

Fica adiada, por 48 horas, a votação do Projeto de Lei n.º 231-70.

— 3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 30-71, de autoria do dep. Lázaro Dumort, que declara de Utilidade Pública, o Conselho Londrinense de Assistência à Mulher, sediado em Londrina. — Parecer favorável da C.C.J. — **Em Regime de Urgência.** — **Aprovado.**

— 3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 60-71, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 9-71, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva criar na Administração Indireta e Vinculado a Secretaria do Trabalho e Assistência Social, a Fundação de Integração e Desenvolvimento de Entidades Sociais (FIDES). — Parecer favorável da C.C.J. — com EMENDA — **Em Regime de Urgência.** — **Aprovado projeto e emenda.**

— 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 126-70, de autoria do dep. Araldo Busato, que autoriza o Poder Executivo a doar Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), à Associação do Instituto Nacional e Assistencial "Santa Cruz", de Capanema. — Pareceres da C.C.J. e C.F. Contrário e da C.I.P. — favorável. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 126-70

A Assembléa Legislativa do Estado do Paraná

**D e c r e t a :**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), à Associação do Instituto Nacional e Assistencial "Santa Cruz", do Município de Capanema, destinado a manter e administrar os cursos, Secundário de 1.º Ciclo Ginásial e 2.º Ciclo Colegial.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1.970.

a) **Dep. Arnaldo Busato**

**JUSTIFICATIVA:** — Ao apresentarmos este plano de Lei à consideração dos nobres Deputados, acreditamos que ele terá uma apreciação positiva, visto o mesmo ser realmente de interesse de uma região Paranaense cujo plano de Lei, visa através dos referidos cursos, dar maior e melhor assistência no setor Educacional, ambos orientados para o trabalho.

Por tratar-se de uma cidade e região vizinha à Argentina, nada mais justo, que ingressar a população de Capanema, num nível de Progresso e Desenvolvimento.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 126-70**

Autor: Deputado Arnaldo Busato

Visa o presente plano de lei de autoria do nobre deputado Arnaldo Busato, autorizar o Poder Executivo a doar Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), à Associação do Instituto Nacional e Assistencial "Santa Cruz" de Capanema.

A proposição em estudo fere frontalmente o que dispõe o art. 34, da Constituição Estadual, que diz ser competência do Senhor Governador a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenções, auxílios ou, de qualquer modo aumentem a despesa pública. Assim sendo, somos forçados a oferecer nosso parecer pela rejeição do projeto em tela.

**Parecer contrário.**

Sala das Comissões, em 29 de julho de 1.970.

aa) **Emílio Carazzzi** - Presidente. — **Roberto Galvani**. — **Abrahão Miguel**. — **Ivo Tomazoni**. — **Paulo Poli**. — **Luiz Renato Malucelli**.

**COMISSÃO DE FINANÇAS**

**PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 126-70**

Objetiva o nobre deputado autor do presente plano de lei, autorizar o Poder Executivo a doar Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), à Associação do Instituto Nacional e Assistencial "Santa Cruz", de Capanema.

O projeto em estudo recebeu parecer contrário na Comissão de Constituição, razão pela qual somos forçados a nos manifestarmos também pela sua rejeição.

**Parecer Contrário**, portanto.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1.970.

aa) **Roberto Galvani** - Presidente. — **Jooã Mansur** - Relator. — **Paulo Poli**. — **Silvio Barros**.

**COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA**

**P A R E C E R**

1 — O projeto de autoria do deputado Arnaldo Busato, por ferir dispositivo

constitucional, teve pareceres contrários das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

2 — Analisando o mérito desta iniciativa, contudo, nada temos a opor, uma vez que ele se reveste de utilidade e viabilidade.

3 — O nosso parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 27 de abril de 1.971.

aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente. — Alvaro Dias — Relator. — Arizone Araújo

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Xenofonte Villanueva, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 268-70.

O SR. MAURÍCIO FRUET — (Pela ordem). Sr. Presidente, solicito que V. Exa. informe à Casa de que trata o projeto para o qual o deputado Xenofonte Villanueva pediu Regime de Urgência.

O SR. PRESIDENTE — Trata-se de Mensagem do Poder Executivo que cria no quadro de pessoal da Penitenciária de Mulheres cargos em comissão na forma e como especifica.

Em votação o requerimento de autoria do sr. deputado Xenofonte Villanueva. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja endereçado expediente do sr. Diretor da Paranatur, no sentido de construção de vestiários e instalações sanitárias ao longo de nossas praias. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja endereçado ofício ao sr. Ministro da Indústria e Comércio e Presidente do Instituto Brasileiro do Café, no sentido da autarquia cafeeira receber, nesta safra, o café tipo Seis, Bica Corrida. — **Aprovado.**

O SR. ANTÔNIO BELINATI — (Pela ordem) Sr. Presidente. Estamos vendo a pauta, não vamos votar hoje, é um projeto de autoria do nobre deputado Antônio Lopes Júnior, que concede o título de "Poeta Honorário do Paraná" e que deverá ser discutido na sessão de amanhã. Mas, para que possamos, ainda deferindo o nosso ponto de vista, nós indagáramos a esta ilustre Presidência, se esta Casa de Leis em oportunidades anteriores já teria concedido algum título de "Poeta Honorário do Paraná". Muito obrigado pela orientação de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa esclarece ao nobre deputado Antônio Belinati que o projeto está em pauta em primeira discussão, faltando ainda duas sessões para entrar na Ordem do Dia, e o mesmo se encontra à inteira disposição do nobre deputado para melhor exame.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — (Pela ordem) Sr. Presidente, apenas, levantei esta questão de ordem, porque é evidente, uma vez que estamos começando a nossa vida parlamentar, e não estamos entendendo o mérito do projeto. Fazia uma indagação, e V. Exa. que dispõe de uma boa assessoria, provavelmente, está bem informado se já ocorreu matéria desta ordem e mesmo se seria constitucional um projeto desta natureza.

Se V. Exa. não pudesse responder hoje, também aguardaríamos para uma outra oportunidade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa ao nobre Deputado, que o projeto tem parecer favorável da CCJ. No entanto, pretendo fazer a verificação necessária e informar posteriormente, ao nobre Deputado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Mauricio Fruet, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao sr. Diretor do Departamento

de Estradas de Rodagem, a fim de que o mesmo ordene ao Departamento de Polícia Rodoviária uma melhor fiscalização nas rodovias à noite nos sistemas elétricos dos veículos que por elas trafegam. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Acyr José, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo passamento do prestante cidadão **Ozir Fatuch.** — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao sr. Secretário de Segurança Pública, formalizando apêlo para que sejam sanadas evidentes deficiências materiais e humanas existentes no Instituto de Identificação do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado João Mansur, solicitando dispensa de publicação da Redação Final do Projeto de Lei n. 60-71. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Leopoldo Jacomei, constante do Expediente, solicitando seja endereçado apêlo ao sr. Secretário de Segurança Pública, para que envie um Delegado Especial ao Município de Palotina, bem como refôço de Praças para o destacamento da Delegacia daquela comuna, objetivando manter a ordem na Gleba 5.000. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 18, sexta-feira, às 10,00 hors, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n. 235-69;

**2a. DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n. 126-70;

**1a. DISCUSSÃO** — dos Projetos de Lei nrs.: 313-70, 100-70.

**Levanta-se a sessão.**

**1.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura**  
**Ata da 86.ª Sessão (Extraordinária)**  
**Realizada em 18 de Junho de 1971**  
**(Sexta-Feira)**

Presidência do sr. deputado Antônio Costa, secretariada pelos srs. deputados Ivo Tomazoni e Quielse Crisóstomo.

As 9,45 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Gabriel Maroel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (42); achando-se ausentes, os srs. deputados Antônio Maciel, David Federmann, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nacli e João Fadel (5).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a  
**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,**  
destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 42 srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

**Discussão Única** — da Proposição n. 27-71, Veto aposto ao Projeto de Lei n. 32-70, de autoria do sr. deputado Leopoldo Jacomel, que cria sede do Município de Palotina, uma Escola Normal Colegial, para funcionar no ano letivo que especifica. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. Em votação. — **Mantido o veto, rejeitado o projeto**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra extraordinária para segunda-feira, dia 21, às 14,00 horas, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

**Discussão Única** — da Proposição n. 29-71.

Levanta-se a sessão.